

A contribuição da mídia-educação na perspectiva da comunicação comunitária para a democratização da comunicação¹

Luzia Mitsue Yamashita DELIBERADOR²

Mariana Ferreira LOPES³

Ariana ZORTEA⁴

Jéssica VICCIOLI⁵

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

Faculdade Maringá, Maringá, PR

Universidade Norte do Paraná, Londrina, PR

Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP

Resumo

Em um contexto de concentração midiática, faz-se importante discutir o direito à comunicação não apenas como o acesso à informação ou a liberdade de expressão, mas também como o poder do cidadão em comunicar-se. Desta forma, por meio de uma revisão de literatura e o relato de experiência, buscamos neste trabalho identificar como a mídia-educação na perspectiva da comunicação comunitária pode contribuir para a democratização da mídia. Entendemos que ao possibilitar a criação de canais alternativos de comunicação e ao empoderar os sujeitos como participantes do fazer comunicativo, a práxis mídia-educativa consegue atingir tal objetivo e, conseqüentemente, educar para a cidadania.

Palavras-chave:

Mídia-educação na perspectiva da comunicação comunitária; Democratização da comunicação; Direito à comunicação; Participação; Cidadania.

Introdução:

¹ Trabalho apresentado no GP Interfaces Comunicacionais do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP); docente do curso de graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Faculdade Maringá e do curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária da Universidade Estadual de Londrina. Membro e vice-coordenadora do grupo de pesquisa COMUNI. Email: adeli@sercomtel.com.br.

³ Doutoranda em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (UNESP); docente do curso de graduação em Jornalismo da Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) e do curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária da Universidade Estadual de Londrina. Email: flopes.mariana@gmail.com.

⁴ Graduada em Jornalismo pela Universidade Norte do Paraná

⁵ Graduada em Jornalismo pela Universidade Norte do Paraná

A mídia-educação na perspectiva da comunicação comunitária consiste em “[...] uma educação através dos meios de comunicação que prepare receptores críticos, conscientes e capazes de produzir uma comunicação comprometida com a sua realidade e a de sua comunidade e, por conseguinte, que tenha como objetivo principal a formação cidadã” (DELIBERADOR, 2012, p.284). Sendo assim, a mídia-educação a partir de sua atuação/reflexão na perspectiva produtiva estabelecida por Rivoltella (apud FANTIN, 2006) – na qual a educação para a comunicação é realizada dentro das mídias e contribui para a potencialização de uma audiência crítica, criativa e ativa –, alia-se aos pressupostos da comunicação comunitária, que buscam o fomento do sentimento de pertença, da visão crítica de mundo e da transformação social.

As experiências⁶ desenvolvidas no arrolamento entre mídia-educação e comunicação comunitária assumem a dinâmica de oficinas que contemplam os temas: identidade, cidadania, relacionamento com a comunidade, leitura crítica da mídia, alfabetização na linguagem midiática e produção de conteúdos comunicacionais que dialogam e problematizam a relação entre educandos e sua comunidade, seja ela a escola, os projetos sociais, seu bairro e sua cidade. Tais práticas, frutos de uma demanda social, ocorrem, em sua maioria, no âmbito da educação não-formal em projetos sociais, igrejas e nas escolas em horário de contraturno escolar, com crianças e adolescentes normalmente em situação de vulnerabilidade social.

O que buscamos neste artigo é identificar como a mídia-educação na perspectiva da comunicação comunitária pode contribuir para o processo de democratização da comunicação, tendo em vista que as práticas neste campo apontam para o fomento da atividade dos sujeitos nos processos comunicativos. As crianças e jovens que integram tais experiências constituem-se como indivíduos que participam da construção de canais alternativos de comunicação, sejam eles jornais, programas de rádios, produções audiovisuais ou materiais digitais.

As discussões aqui realizadas perpassam pela conceituação do direito à comunicação e sua compreensão como mecanismo que possibilita a democratização da comunicação em um contexto de concentração midiática, bem como pelos debates sobre os objetivos da mídia-educação na perspectiva da comunicação comunitária em torno da atividade dos sujeitos participantes. Por fim, apresentamos uma experiência mídia-educativa realizada com

⁶ São experiências que viemos desenvolvendo há quase uma década nos cursos de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária na Universidade Estadual de Londrina e nos cursos de Jornalismo da Faculdade Maringá e Universidade Norte do Paraná.

adolescentes no Centro da Juventude em Cambé-PR, que se configura como exemplo de como a mídia-educação na perspectiva da comunicação comunitária pode contribuir para a democratização da comunicação.

A participação no processo comunicativo como direito humano

Nos últimos anos, se intensificaram e se fortaleceram as discussões em torno da necessidade de uma regulação democrática dos meios de comunicação no Brasil. As reivindicações se sustentam pelo contexto de concentração midiática que caracteriza o sistema de comunicação brasileiro, sobretudo a partir da consolidação da televisão no país, ainda na década de 1960. A mídia no Brasil está concentrada nas mãos de um pequeno grupo, muitas vezes familiar e não raro vinculado à elite política local (LIMA, 2006). Movimentos sociais e entidades, como o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação e o Intervozes, buscam promover um debate sobre esta temática com o intuito de conscientizar a população sobre tal cenário.

Esta bandeira abarca, portanto, a questão do direito à comunicação enquanto direito humano. Cicília Peruzzo (2005) nos explica que tradicionalmente o debate sobre o direito à comunicação esteve alicerçado na liberdade de expressão e no acesso à informação. No entanto, mais recentemente, nota-se que há um alargamento deste conceito que passa a englobar o direito de comunicar-se, o que, por conseguinte, se coloca como mecanismo para a efetivação da democratização da comunicação. Nas palavras da autora, trata-se de “[...] assegurar o direito de acesso do cidadão e de suas organizações coletivas aos meios de comunicação social na condição de emissores – produtores e difusores de conteúdo”. (PERUZZO, 2005, p.23). O direito à comunicação, segundo Peruzzo (2005), se configura como direito civil e humano contido em ordenamentos jurídicos que sustentam a democracia comunicacional, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a própria Constituição Federal de 1988.

Um dos pontos destacados pela autora consiste no importante papel desempenhado pelos movimentos sociais que criam canais alternativos de comunicação para a criação e divulgação de informações que vão ao encontro de seus interesses e anseios, muitas vezes marginalizados ou deturpados pela grande mídia por conta dos interesses privados nela contidos. Este processo é colocado por Peruzzo como a comunicação comunitária, que teve no rádio um dos principais veículos que contribuíram para a democratização da

comunicação no Brasil, por meio das rádios comunitários. Isto ocorre, pois neste processo, os sujeitos participam ativamente e em diversas instâncias do fazer comunicativo. Tal estrutura também ocorre no universo da mídia-educação. E, nas experiências de mídia-educação na perspectiva da comunicação comunitária, a questão do direito à comunicação como acesso e participação no fazer comunicativo é um dos seus pontos centrais.

O fazer comunicativo na mídia-educação

Na América Latina, há um início comum das práticas e reflexões que sustentam tanto a educação para a comunicação quanto a comunicação comunitária. Tais ações emergem como resistência ao autoritarismo entre as décadas de 1960 e 1980 e se concretizaram longe dos espaços formais de ensino básico, em iniciativas de educação popular promovidas pela Igreja Católica e outras instituições com as experiências dos Centros Populares de Cultura, Movimentos de Educação de Base e Movimentos de Cultura Popular, todos amparados no ideal da educação libertadora de Paulo Freire. Cláudia Fonseca nos explica que o objetivo desses movimentos era

Problematizar a presença dos meios de comunicação na vida diária das comunidades, buscando uma “visão crítica”, e a utilização dos dispositivos comunicacionais como recursos expressivos, dialógicos, de um conhecimento que parte do cotidiano do educando. Essas concepções foram exploradas pelos movimentos sociais, pela Igreja e pela Universidade. (FONSECA, 2004, p.35).

Um dos pontos de confluência entre a mídia-educação e a comunicação comunitária consiste na participação dos sujeitos nos processos de comunicação, um dos princípios que os diferencia das práticas desenvolvidas pelos grandes meios de comunicação de massa, uma vez que emissores e receptores passam a ocupar o mesmo espaço-tempo comunicativo. Raquel Paiva (2007, p. 143) sustenta que

Na comunicação comunitária, as pautas, as decisões sobre a programação, modos de abordagem e mesmo a análise crítica da produção são uma constante alimentadora de todo o processo. É impensável que um projeto de comunicação comunitário efetivo possa sobreviver abdicando de um esquema de interpretação sociopolítica entre produtores e receptores.

Esta perspectiva alicerça-se nos pressupostos de comunicação dialógica defendidos por Paulo Freire, para quem o ato comunicativo depende da postura partícipe dos sujeitos interlocutores, não existindo indivíduos passivos neste processo uma vez que “o que

caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo” (FREIRE, 1979, p.67). Desta forma, a participação dos sujeitos na práxis da comunicação comunitária insere-se em seu envolvimento tanto no fazer comunicativo, quanto nos objetivos e decisões destes processos. O ato de tomar parte dos processos comunicativos pode levar os interlocutores à ampliação de sua cidadania, já que se propõe uma reflexão e intervenção sobre a realidade em busca da construção de uma consciência crítica, além de conceber a comunicação como direito humano.

Cicília Peruzzo (1995) traz uma sistematização das possibilidades de participação na comunicação comunitária definida: ao nível das mensagens, ao nível da produção de mensagens, ao nível da produção de programas, ao nível do planejamento global do meio de comunicação, ao nível da gestão global do meio de comunicação e ao nível do planejamento global dos meios de comunicação locais, regionais e nacionais. Os dois primeiros níveis consistem na participação em sua forma primeira, que vai se aprimorando qualitativamente até que essa participação se configure como participação-poder, na qual existe a partilha da tomada de decisões. Nas palavras da autora, “em suma, a participação popular pode se concretizar apenas como ouvinte, leitor ou espectador, ou significa tomar parte dos processos de produção, planejamento e gestão da comunicação” (idem, p.149). Esta posição dialoga com a tripartição dos níveis e formas de participação proposta por Utreras (1979, p. 28): na produção; na tomada de decisões e no planejamento. A primeira consiste em produzir programas e mensagens; a segunda pressupõe o envolvimento popular na elaboração da programação do veículo, assim como no controle, no manejo e na administração das organizações de comunicação. O terceiro nível compreende a participação popular no direito de formulação das políticas públicas de comunicação.

Assim como na comunicação comunitária, as discussões sobre os objetivos e a estruturação teórico-metodológica do campo que emerge da interface entre a Comunicação e Educação, que aqui chamamos de mídia-educação, também se debruçam na importância da participação dos sujeitos envolvidos na criação de canais midiáticos alternativos o que consequentemente contribui para a democratização da comunicação. Assim, entendemos que os níveis de participação acima arrolados também podem ser deslocados como parâmetros para compreender a ação participativa dos envolvidos nos processos mídia-educativos que tenham como objetivo o uso das linguagens midiáticas para a construção de discursos.

A definição contida no Manual Latinoamericano de Educação para a Comunicação (1992) explicita que esta prática deve propor a formação de um sujeito crítico, criativo e ativo em sua relação com o universo da comunicação. A formação crítica do receptor versa sobre a compreensão do processo de produção de mensagens e signos, além da apropriação de sua linguagem; no confronto entre o universo simbólico do receptor e aquele transmitido pelos meios; e, por fim, no fortalecimento da capacidade de distinção entre esses valores. A criatividade deve ser trabalhada com os receptores a fim de que eles possam expressar-se. O desenvolvimento de uma atitude ativa dos receptores é garantido pela criação de canais alternativos de comunicação; por potencializar os sujeitos a serem capazes de discutir as políticas comunicacionais; bem como identificarem o papel que possuem os meios de comunicação em suas vidas, o que contribui diretamente com a democratização da comunicação.

Ismar de Oliveira Soares (2014) nos explica que as práticas educação para a comunicação realizadas na América Latina se filiam ao recém-sistematizado protocolo mediático. Em suas palavras (2014, p.18), “o foco desta vertente não é a mídia, em si, mas o processo comunicativo” e que tem como base “a luta do Movimento Social pela universalização do direito à comunicação trabalhando para garantir a todos os sujeitos sociais, pela educação o ‘acesso a palavra’ tradicionalmente negado aos mais pobres e excluídos”.

As ações de mídia-educação na perspectiva da comunicação comunitária incitam que os educandos criem canais de comunicação alternativos apropriando-se das mais diferentes linguagens para a construção de um discurso sobre a sua realidade visando transformá-la. Para alcançar esta finalidade são realizadas oficinas que abordam temas como identidade, cidadania, relacionamento com a comunidade, leitura crítica da mídia e a alfabetização nos códigos e técnicas de suportes midiáticos, durante as quais os sujeitos envolvidos refletem tanto sobre sua relação com o universo comunicacional, quanto sobre o seu comprometimento com sua comunidade. Trata-se de um processo que contribui para a formação cidadã com base na consolidação do sentimento de pertença e também como um mecanismo de democratização da comunicação como veremos na experiência relatada a seguir.

Quando os jovens decidem comunicar-se

As oficinas de mídia-educação na perspectiva da comunicação comunitária aqui relatadas

foram realizadas no Centro da Juventude, localizado em Cambé, PR, que consiste em um espaço de educação não formal e de política da juventude feito pelo jovem e para o jovem, de modo que este possa ter acesso aos bens culturais, esportivos, sociais com o intuito de fomentar o protagonismo juvenil. O Centro de Cambé foi fundado em 29 de junho de 2012 e, segundo o último levantamento feito de janeiro a julho de 2015, o projeto atende 600 adolescentes, jovens e adultos. O local é uma iniciativa do estado do Paraná mantida pelo município⁷.

No final de 2014, o curso de Jornalismo da Universidade Norte do Paraná (Unopar) foi procurado pela Secretaria de Assistência Social de Cambé para desenvolver oficinas de rádio no Centro da Juventude. Esta ação foi incorporada ao projeto de extensão “Gente Comum⁸” a partir de 2015. Em um primeiro momento foi realizada uma série de estudos sobre a mídia-educação na perspectiva da comunicação comunitária para a elaboração de uma proposta de oficina encaminhada ao Centro da Juventude. Na sequência, as oficinas passaram pelas escolas da região convidando os educandos a participarem da oficina de rádio. A princípio seis adolescentes integraram o projeto e, atualmente, dois prosseguiram participando de todas as atividades realizadas.

A oficina de rádio do Centro da Juventude teve início em agosto de 2015 e foi interrompida em junho de 2016 pelo fato da Prefeitura não ter liberado a renovação do contrato dos oficinairos de todos os projetos de forma automática. Os encontros ocorreram todas as sextas-feiras entre 13h e 16h30. Na etapa inicial, seu objetivo foi trabalhar com os temas de identidade, cidadania, relacionamento com a comunidade, leitura crítica da mídia e alfabetização nos códigos e técnicas da linguagem radiofônica por meio de dinâmicas, discussões e exercícios práticos. Para auxiliar na realização das atividades, foi elaborado um manual sobre produção em rádio distribuído a todos os participantes. Tais discussões serviram como base para a construção do programa de rádio dos educandos, que entendemos ser a concretização de todo o processo mídia-educativo realizado, uma vez que contempla uma nova relação dos sujeitos em sua relação com o universo comunicativo e também a sua realidade.

No primeiro encontro a proposta foi discutir o que seria a oficina, houve uma apresentação

⁷ Projetos similares a este foram liberados para outros 17 municípios em que há alto índice de violência e vulnerabilidade social, envolvendo o público jovem.

⁸ . Projeto de extensão cujo objetivo é realizar ações de mídia-educação e comunicação comunitária em comunidades da região metropolitana de Londrina –PR. Na etapa inicial, as ações no Centro da Juventude de Cambé foram diretamente ministradas por uma egressa do curso de Jornalismo, Ariana Zortea, e uma estudante do último ano, Jéssica Viccioli. Em 2016, três outros estudantes de graduação da Unopar passaram a integrar o projeto: Renan Santana, Matheus Torres e Carolina Lettieri, além da oficina Ariana Zortea. O projeto é coordenado pela professora do curso de Jornalismo da Unopar, Mariana Ferreira Lopes.

de todos os participantes em uma dinâmica e foram instituídas pelos educandos as regras de convivência da oficina. Trabalhamos no encontro subsequente com o tema identidade. Fizemos a dinâmica da linha vermelha, na qual uma linha é colocada no chão para separar a turma em dois grupos e são feitas perguntas aos educandos. Aqueles que respondem sim pisam na linha vermelha e quando a resposta é não permanecem no lugar. Após o término da dinâmica fizemos uma breve discussão e pedimos a opinião de cada um sobre o que tinham entendido da atividade. O objetivo da dinâmica foi mostrar para os educandos que mesmo com todas as diferenças, sejam elas físicas, biológicas, emocionais etc, todos se pareciam enquanto grupo. Para concluir o objetivo do tema proposto na oficina, exibimos o filme *Escritores da Liberdade*⁹. Em seguida fizemos questionamentos e reflexões relacionando com o tema da oficina.

Na terceira oficina foi trabalhada a história do rádio, os gêneros e os formatos radiofônicos. Trechos de algumas peças radiofônicas foram selecionados para que os educandos pudessem compreender melhor o assunto trabalhado. A apostila foi usada para explicar cada tópico proposto e depois fizemos um *quizz* com dez perguntas sobre a história do rádio. Formamos dois grupos para o jogo. Na quarta oficina, foi trabalhado o texto no rádio, com o auxílio da apostila explicamos como é feito o texto, passamos algumas dicas e mostramos alguns programas para que eles pudessem compreender melhor o que estava sendo trabalhado. A atividade proposta em seguida foi a montagem de um texto com o tema cidadania. Os educandos puderam utilizar a internet para dar suporte ao trabalho. Para finalizar, todos foram ao estúdio gravar o texto produzido.

Na quinta oficina, foi colocada a última gravação feita e demos o feedback da atividade. Em seguida, discutimos sobre cidadania e depois pedimos para que eles escrevessem dois textos de tema livre para exercitar a escrita, já que eles têm muita dificuldade com o texto. No final da atividade, fizemos a gravação. Na sexta oficina, o tema trabalhado também foi cidadania. Antes de começar as atividades programadas, passamos o *quizz*, que foi gravado no encontro anterior. Em seguida, com base no que os educandos haviam nos falado e havíamos discutido, pedimos para que eles listassem atitudes cidadãs e não cidadãs. Como atitudes cidadãs eles destacaram: ajudar o próximo, ter seus direitos e deveres, estudar e cuidar do meio ambiente. As atitudes não cidadãs destacadas foram: pichação, matar e roubar, pegar objetos sem permissão, desmatamento e vandalismo.

⁹ *Escritores da Liberdade* foi um filme premiado duas vezes pelo Oscar. Conta a história de adolescentes criados no meio à violência, agressividade e preconceito. Uma professora chamada Erin Gruwell aparece na escola em que esses adolescentes frequentam, e passa dificuldades ao tentar combater o sistema deficiente que instituição está passando. A professora luta para que a sala de aula faça diferença na vida dos jovens.

Neste encontro foi realizado também um bingo literário, no qual havia palavras como: Cidadania, Pertencimento, Direito Civil, Direito Político e Direito Social. Todos participaram dos questionamentos e discussões. Finalizando a oficina do dia, e acerca de todas as discussões sobre os assuntos tratados no bingo, os educandos redigiram e gravaram mais um texto. Deixamos como “tarefa” que os educandos gravassem com pessoas de seu bairro coisas que gostavam e não gostavam de sua comunidade e coisas que poderiam ser melhoradas para próxima oficina, para realização de um radiojornal.

O tema abordado na sétima oficina foi relacionamento com a comunidade. Os educandos não trouxeram a atividade proposta para o fechamento de um programa que estava previsto no dia. Asicineiras adaptaram a oficina e debatemos com cada educando aspectos positivos e negativos do bairro. Os pontos negativos destacados pela maioria dos educandos foram: pontos de tráfico de drogas, ruas esburacadas, falta de postos 24 horas e falta de segurança. Um educando destacou que no bairro em que mora existe uma escola que fica ao lado de um matagal, e quando as pessoas colocam fogo nesse matagal a escola precisa dispensar os alunos, por conta da grande quantidade de fumaça. Os pontos positivos destacados por eles foram: Escolas e creches acessíveis, academia ao ar livre, praças e centro esportivo. Depois que todos pontuaram o que foi perguntado, passamos para estruturação do programa. O programa foi fechado com pequenas notas que cada educando escreveu.

Na oitava oficina foi dada continuidade no programa da oficina passada. Os educandos criaram dois comerciais e fizemos a edição final do produto. Em seguida, estruturamos o produto da oficina seguinte. O Centro da Juventude iria realizar um evento em comemoração à Semana da Juventude. Os educandos escolheram o nome do programa como “Tá Trinta”, pois, teria no máximo trinta minutos de duração. Pedimos para que os educandos pensassem em perguntas para as entrevistas e concluímos as atividades.

No dia 9 de outubro de 2015 aconteceu a festa em comemoração à Semana da Juventude. O evento tem como objetivo valorizar os recursos que os jovens dispõem, por meio da participação e experimentação na idade de aprendizagem e responsabilidade. No início da oficina fizemos a reunião de pauta com todos os educandos. Eles deram sugestões de entrevistar um oficineiro, um educando que participa das atividades no Centro e uma Assistente Social. O Prefeito de Cambé não pode comparecer, então, a Vice-Prefeita esteve presente. Eles elaboraram as perguntas com o auxílio das oficineiras e demos início ao trabalho. Todos os educandos se empenharam para realizar um bom programa. Como

avaliação final, todos educandos disseram ter gostado muito de participar.

Na décima oficina, realizada em 16 de outubro, foi trabalhado o tema leitura crítica da mídia e rádio comunitária. Nesta oficina, foram mostrados matérias que saem na mídia sobre o bairro em que moram. Quase todas as notícias publicadas estão relacionadas à violência e questões policiais. Debates com eles os tipos de informações que são veiculadas e explicamos que existem outras pautas que podem ser trabalhadas, mas, não é o interesse das grandes mídias e há um sensacionalismo no conteúdo que elas veiculam. Também foram debatidos assuntos como: Igualdade de gênero, violência na TV, política, racismo etc. A discussão partiu dos próprios educandos, que sentem falta desse diálogo no dia-a-dia.

Finalizando esta etapa da oficina, partimos para discussão e explicação da rádio comunitária. Para ilustrar o assunto, passamos um documentário sobre a rádio comunitária, explicamos suas funções e desafios e fechamos o conteúdo programado. Na décima primeira oficina, passamos o filme *Uma Onda No Ar*, que conta a história da Rádio Favela de Belo Horizonte. A proposta da oficina foi mostrar detalhadamente para os educandos como funciona uma rádio comunitária e qual sua função na sociedade e no local onde ela está instalada em contraponto com a lógica da mídia hegemônica.

Após o término dessa explicação, passamos para o planejamento do programa radiofônico, que configurou a segunda etapa da oficina de rádio do Centro da Juventude. Neste momento, os educandos iniciaram as discussões sobre a estrutura do seu produto comunicacional, concretizando a sua atividade de criação de canais alternativos de comunicação. Tal estruturação seguiu nos encontros subsequentes quando foi definido o formato, as funções de cada participante, o tema e a produção. Os educandos optaram por fazer um debate sobre desigualdade social, embora tenham apontado vários tópicos para serem trabalhados, o que os deixou mais interessado foi abordar o racismo. Levamos alguns textos que retiramos da internet e que falavam sobre racismo e debatemos com os educandos, que estabeleceram quais seriam os entrevistados.

Houve uma preocupação de que a temática escolhida fosse esgotada nas oficinas para que os educandos definissem qual a linha editorial. Todos decidiram que seria um programa de entrevistas sobre um determinado tema cujo objetivo é apresentar diferentes pontos de vistas que contribuíssem para a construção de um conhecimento plural. Os educandos quiseram manter o nome utilizado para a produção da Semana da Juventude, “Tá Trinta Entrevista”. A partir das ideias discutidas foi montado o espelho do programa com as

perguntas a serem feitas a cada entrevistado.

O programa piloto foi gravado no dia 27 de novembro de 2015. Convidamos para participar conosco o Eduardo Baroni Borghi, recém-formado no Leafro e no Prope (Programa de Apoio ao Acesso e Permanência Para a Formação do Estudante da *UEL*), do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros. A versão inicial do programa foi editada pelasicineiras e houve uma audição geral com os educandos, que avaliaram positivamente o processo de produção e o produto final. Antes do encerramento do ano no Centro da Juventude, as produções realizadas foram disponibilizadas online e divulgadas nas redes sociais pessoais dos educandos e dasicineiras.

Após o recesso do Centro da Juventude, a oficina de rádio retomou suas atividades em fevereiro de 2016. Foi dada sequência ao processo de produção de um novo programa e o tema escolhido foi a homofobia. Foram utilizados os mesmos procedimentos de estudo e discussão sobre a temática realizados no programa anterior. Os educandos decidiram entrevistar um sociólogo para dar uma visão geral sobre a homofobia como questão social e também uma pessoa homossexual para falar de sua experiência de vida. A gravação foi realizada em 11 de março no estúdio de rádio da Universidade Norte do Paraná – UNOPAR. A edição foi realizada em 18 e 25 de março de 2016 pelos educandos, sendo concluída em 01 de abril de 2016. Assim como o programa anterior, este também foi disponibilizado online. Um dos pontos trazidos pelos educandos foi a necessidade de criarmos uma plataforma na internet que servisse tanto para divulgar os programas realizados, como documentar as atividades da oficina.

Os encontros subsequentes foram utilizados para exercícios de edição e a produção do programa foi retomada em maio. O tema escolhido desta vez foi a legalização da maconha no Brasil. A etapa de produção foi concluída. No entanto, o contrato com o Centro da Juventude finalizou no início de junho e a oficina de rádio foi suspensa até a renovação a ser realizada pela Prefeitura Municipal de Cambé, o que não ocorreu até o presente momento.

Em 21 de maio de 2016, toda a equipe da oficina de rádio foi convidada a participar de um programa de rádio em uma emissora local. Os educandos e osicineiros apresentaram os compactos das produções e contaram sobre a experiência de realizar as oficinas. Após a entrevista, fomos convidados a veicular os compactos dos programas na emissora, o que será realizado após a retomada das atividades da oficina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo identificar como a mídia-educação na perspectiva da comunicação comunitária pode contribuir para a democratização da comunicação. Para isso, buscamos delinear, ainda que brevemente, o alargamento do conceito tradicional de direito à comunicação, que passa a incorporar o poder dos cidadãos de serem emissores no processo comunicativo. Neste cenário, a comunicação comunitária, que se baliza na participação dos sujeitos na construção de canais alternativos de comunicação, se coloca como importante mecanismo de democratização da mídia. O mesmo pode ser dito da mídia-educação, cujo objetivo é igualmente contribuir para a formação de sujeitos ativos e participativos em sua relação com o universo comunicacional. Esta confluência remonta à própria história destes dois processos na América Latina.

Como exemplificação da potencialidade da mídia-educação na perspectiva da comunicação comunitária para a democratização da comunicação, trouxemos a experiência da oficina de rádio do Centro da Juventude de Cambé-PR, desenvolvida com adolescentes. Nela, os educandos assumiram a alcunha de emissores ao produzirem diversos produtos comunicacionais. A participação se efetivou quando os mesmos criaram e passaram a produzir seu próprio programa radiofônico, que se configurou enquanto um canal de informação alternativo, o que se efetiva como educação para a cidadania.

REFERÊNCIAS

DELIBERADOR, L.M.Y. **A Comunicação Comunitária, Mídia-Educação e Cidadania.** In: FANTIN, M. e RIVOLTELLA, P.(org). *Cultura Digital e Escola, pesquisa e formação de professores.*Campinas, SP: Papyrus, 2012. p.283/308.

FANTIN, M. **Mídia-Educação: conceitos, experiências, diálogos** Brasil-Itália. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

FONSECA, C. C. **Os meios de comunicação vão à escola?** Belo Horizonte: Autêntica. 2003.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIMA, V.A. **Crise política e poder no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MIRANDA, M. (ed). **Educación para la comunicación. Manual Latinoamericano.** Santiago do Chile: Unicef/Ceneca, 1992.

PAIVA, R. Para reinterpretar a Comunicação Comunitária. In: _____ (org) **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 133-148.

PERUZZO, C. Direito à Comunicação Comunitária, participação e cidadania. In: **Revista Latinoamericana de Ciências de la Comunicación**, ano II, n.3, jul/dec.2005. São Paulo, ALAIC, p.18-41.

----- . Pistas para o Estudo e a Prática da Comunicação Comunitária Participativa. In: _____ (org). **Comunicação e Cultura Populares**. São Paulo: Intercom, 1995. p. 143 – 163

SOARES, I. O. Educomunicação e educação midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. In: **Comunicação e Educação**, São Paulo, v. 19, n. 2, 2014, p. 15-26.

UTRERAS, J. M. **Comunicación popular alternativa y participatoria**. Quito: CIESPAL, 1978. Manuales didácticos.